



**CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS: estudo de caso no CDSA/UFCG – Campus Sumé/PB**

Larissa Luana Pereira Custódio

larissacustodio793@gmail.com

Natália Pessoa de Melo Oliveira

natpessoaoliveira@gmail.com

Rubênia de Oliveira Costa

rubeniaadm@gmail.com

Islania Andrade de Lira Delfino

islaniaandrade@gmail.com

Ana Cecilia Feitosa de Vasconcelos

ana.vasconcelos@uaac.ufcg.edu.br

Palavras-chave: Cortes Orçamentários. IFES. Assistência Estudantil. Autonomia Institucional.

1. INTRODUÇÃO

As Universidades Federais do Brasil desempenham papel decisivo na formação de pessoas, na produção de conhecimento científico e na inovação tecnológica, sendo agentes essenciais para o desenvolvimento regional e nacional (Souza; Miranda; Souza, 2019). Contudo, o cenário recente, marcado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, introduziu limites significativos ao crescimento dos gastos públicos, pressionando as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com cortes e contingenciamentos orçamentários (Santos; Rossi; Carvalho, 2021; Almeida; Sacramento; Raupp, 2021). Na UFCG, por exemplo, foram bloqueios orçamentários expressivos como o estorno de quase R\$ 2 milhões em novembro de 2022, afetando bolsas, contratos e despesas discricionárias. O Campus Sumé (CDSA) foi escolhido como objeto de estudo nesta pesquisa por apresentar o menor orçamento dentre os sete centros da UFCG e, desta forma, um campo de análise evidente para examinar como atividades essenciais (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) são impactadas por esses cortes.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

Diante desse cenário de restrições financeiras, análise dessa realidade permite evidenciar os efeitos concretos das políticas de austeridade sobre um campus periférico, cuja estrutura orçamentária reduzida o torna sensível a qualquer oscilação de recursos. Assim, questiona-se: Quais são as principais atividades impactadas pelos contingenciamentos orçamentários no CDSA/UFCG e de que modo essas restrições comprometem o funcionamento institucional local e regional?

Objetivo geral:

Identificar os impactos dos cortes orçamentários no CDSA/UFCG em termos de atividades essenciais e funcionamento institucional.

Objetivos específicos:

- (i) identificar os setores mais prejudicados;
- (ii) compreender as consequências para o ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil em CDSA/Sumé.

1.2 Justificativa

O estudo é relevante pois permite uma visão aprofundada da realidade de um campus periférico cuja menor alocação de recursos o torna exemplar do que ocorre em outros campi similares. Além disso, contribui para debates sobre financiamento, autonomia e equidade entre unidades universitárias, com implicações para formulação de políticas públicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial baseou-se em literatura que define as IFES como sustentadas por três pilares: ensino, pesquisa e extensão (Sleutjes, 1999). Normas legais brasileiras (Constituição de 1988, LDB de 1996) afirmam que tais instituições devem ter recursos contínuos e previsíveis para cumprir suas funções (Neves, 2002). Estudos recentes evidenciam retrações orçamentárias acentuadas desde meados da década de 2010, especialmente entre 2015-2020, com redução de dotações de custeio e bloqueios federais que atingem verbas discricionárias (Sacramento et al., 2021). No Nordeste, essas restrições têm efeito particularmente grave, dada a desigualdade socio educacional preexistente, infraestrutura deficiente e menor capacidade de captação de recursos externos (Almeida; Sacramento; Raupp, 2021; Souza; Silva Sousa; Neto, 2022). No âmbito da UFCG, relatos documentam bloqueios e cortes equivalentes a dezenas de milhões, afetando bolsas, contratos terceirizados, assistência estudantil, manutenção e custos operacionais (Portal Correio, 2019; G1, 2022).

3. METODOLOGIA

Este estudo de caso com abordagem qualitativa focaliza o CDSA da UFCG, analisando o período de 2019 a 2023. Utilizou-se (i) análise documental de atas de execução orçamentária, relatórios de custeio, contratos terceirizados, notificações de bloqueios, dados da Seplan/UFCG; e (ii) entrevistas semiestruturadas com dois gestores do campus, sendo eles, o diretor (S_01) e o vice-diretor (S_02), responsáveis diretos pela gestão orçamentária. As questões das entrevistas abordaram histórico orçamentário, impactos do contingenciamento (em ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil), estratégias de mitigação, expectativas para exercícios futuros. As falas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo temática. Houve triangulação entre os dados documentais e entrevistas para aumentar a robustez da interpretação. Também foi feita uma caracterização institucional, identificando que o CDSA oferece sete cursos de graduação, dois cursos de pós-graduação (profissional e especialização);

possui cerca de 753 alunos de graduação, 77 de pós-graduação; 85 docentes; 46 técnicos-administrativos; 86 terceirizados; totalizando um quantitativo médio de 961 pessoas envolvidas diretamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Orçamento do Campus e Autonomia

O campus Sumé recebe um orçamento médio anual de aproximadamente R\$ 225.000,00, valor este que permanece sem reajuste desde 2019 e que representa o menor montante de repasse de recursos entre todos os centros da UFCG. Esse cenário está inserido em um modelo centralizado de gestão orçamentária, no qual decisões importantes são concentradas no campus sede (localizado em Campina Grande), limitando a autonomia local. Além disso, a previsibilidade orçamentária mostra-se frágil, uma vez que não houve definição clara para o exercício de 2023, o que dificulta o planejamento estratégico e a realização de ações de médio e longo prazos.

4.2 Atividades de Custeio e Setores Prejudicados

As atividades de custeio do campus enfrentam sérias restrições. Despesas relacionadas com a manutenção da infraestrutura física, com as operações de portaria, de segurança e limpeza, bem como com a aquisição de reagentes e manutenção de veículos e laboratórios sofrem cortes ou atrasos recorrentes. O orçamento destinado especificamente ao pagamento de serviços terceirizados é de cerca de R\$ 3,5 milhões por ano, mas não tem acompanhado o ritmo de crescimento das despesas, especialmente em função de reajustes obrigatórios, como o aumento do salário mínimo. Essa defasagem pressiona sobremaneira outras rubricas orçamentárias. Ressalte-se que se tratam de rubricas distintas: o valor de R\$ 225 mil citado anteriormente refere-se ao custeio diretamente gerido localmente pelo campus (rubrica operacional/custeio), ao passo que o valor de R\$ 3,5 milhões refere-se a uma rubrica agregada relacionada a contratos de terceirização (que podem ser geridos ou empenhados em esfera central ou por regime de contrato que impacta o campus).

4.3 Impacto sobre Ensino, Pesquisa, Extensão e Monitoria

Os impactos sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e monitoria também são significativos. Houve redução no número de projetos aprovados ou executados, além do

adiamento e diminuição de bolsas. Em muitos casos, os trabalhos têm sido mantidos por meio do voluntariado, com a colaboração não remunerada de docentes e estudantes, o que compromete a permanência de alunos que dependem desse suporte. A assistência estudantil foi fortemente afetada, com programas como bolsa-permanência, bolsa residência, restaurante universitário e auxílio para aquisição de equipamentos funcionando com recursos limitados. O montante disponível, em torno de R\$ 1,3 milhão, mostra-se insuficiente diante da demanda, gerando consequências para a permanência dos estudantes e para o ingresso de novos alunos.

4.4 Estratégias de Mitigação

Diante desse cenário, algumas estratégias de mitigação têm sido adotadas. As emendas parlamentares anuais, cujos valores variaram entre R\$ 250.000 e R\$ 750.000, possibilitaram a aquisição de equipamentos, tecnologias para salas de aula e notebooks. Entretanto, a liberação tardia desses recursos limita sua eficácia. Além disso, parcerias estabelecidas com o município de Sumé e outras instituições têm contribuído para a realização de eventos e para pequenas melhorias de infraestrutura, embora sejam medidas emergenciais que não asseguram sustentação contínua. Outro recurso mobilizado tem sido o voluntariado, tanto de docentes quanto de discentes, permitindo a continuidade de projetos acadêmicos. Contudo, esse esforço depende de dedicação extra e não substitui a necessidade de recursos financeiros efetivos para garantir a regularidade e a qualidade das atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cortes orçamentários no CDSA/UFCG configuram um problema estrutural e não apenas circunstancial. A estagnação ou a redução real dos recursos compromete a qualidade da educação, a manutenção da infraestrutura, os programas de assistência estudantil e o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Os objetivos do estudo foram alcançados ao identificar os setores e atividades mais impactados, demonstrando de que maneira essas restrições afetam o funcionamento institucional do campus.

Algumas recomendações práticas podem ser destacadas a partir da análise realizada. É necessário assegurar maior previsibilidade orçamentária por parte do governo federal e da gestão central da universidade, além de promover a descentralização da gestão dos recursos para ampliar a autonomia dos campi menores, como o de Sumé. Recomenda-se ainda ampliar os investimentos em assistência estudantil, a fim de garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, e estabelecer critérios transparentes para a priorização de projetos

acadêmicos. Também se sugere o desenvolvimento de estudos comparativos entre os centros da UFCG, de modo a identificar desigualdades internas e práticas de mitigação bem-sucedidas.

É importante reconhecer algumas limitações do estudo. Houve dificuldade de acesso a documentos que permitissem uma análise mais detalhada dos cortes e contingenciamentos específicos. Além disso, o fato de a pesquisa estar centrada em apenas um campus pode limitar a generalização dos resultados. No entanto, essas restrições não invalidam os achados, mas indicam a necessidade de aprofundamento em investigações futuras.

Como possíveis sugestões de pesquisa, propõe-se a realização de estudos semelhantes em outros centros da UFCG, de forma a ampliar a compreensão dos impactos diferenciados dos cortes orçamentários. Recomenda-se também a adoção de análises quantitativas integradas para mensurar de maneira mais precisa os impactos financeiros, bem como a realização de estudos longitudinais no período pós-pandemia, com o objetivo de observar se houve recuperação ou agravamento das condições analisadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.; SACRAMENTO, A.; RAUPP, F. **Os desafios das universidades federais diante dos constantes cortes orçamentários**. Salvador: EAUFBA, 2021.

G1. Quase R\$ 2 milhões são congelados em novo bloqueio orçamentário na UFCG; reitoria diz que situação é grave. **G1 Paraíba**, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/11/30/quase-r-2-milhoes-sao-congelados-em-novo-bloqueio-orcamentario-na-ufcg-reitoria-diz-que-situacao-e-grave.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2025.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

PORTAL CORREIO. **Universidades e IFPB sofrem bloqueio de mais de R\$ 90 milhões**. 2019. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/universidades-e-ifpb-sofrem-bloqueio-de-mais-de-90-milhoes-pelo-mec/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SACRAMENTO, A. R. S., et al. Cortes no orçamento das universidades federais: quais os possíveis impactos? **Estadão, Gestão, Política e Sociedade**, 2021. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

SANTOS, M.; ROSSI, R.; CARVALHO, S. **Orçamento, política e universidade**. Salvador: EAUFBA, 2021.

SOUZA, C. S. B.; SILVA SOUSA, J. C.; NETO, A. R. Planejamento estratégico nas universidades federais do Nordeste brasileiro: uma análise em contexto de cortes orçamentários. In: Encontro de Administração Pública da Anpad, 9., 2022, On-line. **Anais**

[...]. São Paulo: ANPAD, 2022.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. S. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacaodas-universidades-no-brasil>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SLEUTJES, M. H. S. C. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 3, p. 99-101, 1999.